

Estudo Técnico Preliminar 11/2025

1. Informações Básicas

Número do processo: 01242/2025

2. Objetivo

2.1. Têm por objetivo os presentes Estudos Técnicos Preliminares identificar os problemas e estudar as soluções aplicáveis, por meio da documentação e reunião de elementos técnicos, mercadológicos, econômicos e ambientais necessários e suficientes para permitir a elaboração de Termo de Referência para aquisição de telefones celulares no Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte para nas zonas eleitorais, como também para as Secretárias à luz do disposto no art. 18, I e §1º, da Lei nº 14.133/2021 e na Instrução Normativa nº 58/2022 – SEGES/ME.

3. Descrição da necessidade

3.1 Necessidade de Comunicação e Acesso a Aplicativos de Segurança

3.1.1. A comunicação eficaz das zonas eleitorais é uma necessidade tanto para o público externo quanto para os servidores do Tribunal. Para assegurar a integridade das operações e garantir a segurança no acesso aos sistemas institucionais, é imprescindível o uso de ferramentas digitais e aplicativos especializados.

3.2 Aplicativos de Segurança

3.2.1. É fundamental a utilização de aplicativos de segurança, como o *Authenticador*, *Token PJE*, *GOV.BR*, *SEPROID*, para garantir um acesso seguro e protegido às plataformas eletrônicas da instituição. Essas ferramentas são vitais para a proteção das informações e para o controle efetivo de acessos sensíveis.

3.3. Relevância dos Aplicativos de Mensagens e Sistemas Digitais

3.3.1. O uso de aplicativos de mensagens, sistemas digitais e plataformas online se tornou indispensável para o desenvolvimento das atividades do Tribunal. Além disso, essas ferramentas não apenas viabilizam a comunicação rápida e eficiente, mas também são essenciais para garantir o acesso seguro a dados e sistemas críticos. A implementação e utilização contínua dessas tecnologias são fundamentais para a manutenção da segurança da informação e a operação eficiente da instituição.

3.3.2. Por exemplo, o aplicativo de mensagens WhatsApp é usado como ferramenta para intimações judiciais e comunicação com eleitores, sendo essencial um aparelho para uso do aplicativo.

3.4 Relevância dos Aplicativos de Segurança

3.4.1. A implementação de aplicativos de segurança essenciais é de suma importância para garantir a proteção e a integridade das informações sensíveis dentro de uma instituição, como o TRE/RN. Esses aplicativos desempenham um papel fundamental na prevenção de acessos não autorizados, no monitoramento de dados e na proteção contra ameaças cibernéticas. Ao adotar tecnologias de segurança, como autenticadores, tokens de acesso e sistemas de criptografia, a instituição assegura que apenas usuários devidamente autorizados possam acessar informações confidenciais e realizar operações críticas. Além disso, esses aplicativos ajudam a manter a conformidade com normas de segurança e proteção de dados, garantindo que a organização cumpra com exigências legais e regulatórias. Em um ambiente cada vez mais digital e interconectado, a implementação de soluções de segurança eficazes é imprescindível para preservar a confiança do público, a transparência dos processos e a continuidade das atividades institucionais sem interrupções causadas por falhas de segurança.

3.5. Atualmente a utilização de recursos tecnológicos são realizados por aparelhos celulares de propriedade do TRE/RN. No entanto, são aparelhos antigos e obsoletos, contrariando uma crescente demanda por comunicação eficiente e utilização de ferramentas digitais no âmbito da Justiça Eleitoral.

3.6. Os celulares atuais, em sua maioria, encontram-se em estado de desgaste natural, devido ao uso constante e defasados tecnologicamente em face da rápida evolução dos recursos digitais. Essa situação impacta diretamente na capacidade de comunicação do TRE/RN com o público, bem como na eficiência das atividades internas

3.7. O TRE/RN é composto por 60 zonas eleitorais, além de sua sede administrativa, todas as quais são apontadas como altamente equipadas com recursos tecnológicos que otimizam e desburocratizam os processos de trabalho. Esses dispositivos operam por meio de conexões Wi-Fi e estão integrados aos números de VOIP, os quais são atribuídos a cada unidade, garantindo eficiência e comunicação eficaz entre as diferentes áreas da instituição

3.8. Avaliar a urgência da necessidade

3.8.1. Não temos reserva técnica dos itens constantes dos presentes estudos.

3.9. Dos riscos decorrentes da situação atual

3.9.1. A não aquisição de celulares institucionais para um tribunal pode gerar diversos impactos negativos, tanto para a eficiência operacional quanto para o atendimento ao público e a transparência dos processos judiciais. Além disso, a ausência de soluções de segurança eficazes pode comprometer a integridade das informações e a continuidade das atividades institucionais.

3.9.2. Prejuízos na Comunicação com o Público

3.9.2.1. Os celulares institucionais são ferramentas essenciais para facilitar o contato direto entre o tribunal e os cidadãos. Sem esses dispositivos:

- O atendimento ao público pode ser prejudicado, dificultando o esclarecimento de dúvidas e o fornecimento de informações processuais.
- Partes envolvidas em processos podem ter mais dificuldades para obter atualizações sobre seus casos.

- O tempo de resposta às solicitações pode aumentar, comprometendo a eficiência e a credibilidade do tribunal.

3.9.3. Atrasos no Envio de Intimações e Notificações

3.9.3.1. A tecnologia móvel possibilita o envio rápido de intimações e notificações judiciais, garantindo que as partes interessadas sejam informadas com agilidade. Sem celulares institucionais:

- O envio de notificações pode depender exclusivamente de meios físicos ou menos ágeis, como correspondências e publicações em diários oficiais.
- A demora na comunicação pode resultar em prazos processuais perdidos ou atrasos na tramitação dos processos.
- A efetividade de intimações eletrônicas, que podem ser feitas via aplicativos oficiais, fica comprometida.

3.9.4 Risco à Segurança da Informação e Continuidade dos Trabalhos

3.9.4.1. A ausência de soluções de segurança adequadas representa um risco significativo para a instituição, podendo comprometer a confidencialidade e a integridade dos dados. Alguns dos principais problemas incluem:

- **Uso de dispositivos pessoais:** Sem celulares institucionais, servidores podem recorrer a dispositivos particulares, aumentando o risco de vazamento de dados sigilosos.
- **Falta de criptografia e proteção contra ataques cibernéticos:** Sem um sistema institucional padronizado, a segurança das comunicações pode ser vulnerável a interceptações e acessos não autorizados.
- **Possíveis paralisações por falhas de segurança:** Ataques de hackers, sequestro de dados (ransomware) e outros incidentes cibernéticos podem comprometer o funcionamento do tribunal, atrasando julgamentos e impactando a confiança do público na instituição.

3.10. Conclusão

3.10.1. A aquisição de celulares institucionais e a implementação de soluções de segurança eficazes são fundamentais para garantir a eficiência, a transparência e a confiabilidade dos serviços prestados pelo tribunal. Sem essas medidas, há um risco significativo de atrasos nos processos, dificuldades na comunicação com o público e vulnerabilidades de segurança que podem comprometer a integridade da instituição. Investir em tecnologia segura é essencial para assegurar a continuidade das atividades e a confiança da sociedade no Poder Judiciário.

4. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
-------------------	-------------

5. Descrição dos Requisitos da Contratação

5.1 Requisitos orçamentários:

5.1.1 O valor para essa demanda é de R\$ 110.040,00 (cento e dez mil e quarenta Reais), conforme prevista no PCA de 2025 sob o código : PAT. POO_25.03.

5.1.2. Caso o valor previsto seja ultrapassado, o TRE/RN deverá providenciar sobras orçamentárias para cobrir a diferença.

5.2 Requisitos temporais:

5.2.1 A solução deve ser contratada ainda neste exercício, ante a necessidade de reposição dos aparelhos celulares para os Cartórios Eleitorais e manter a comunicação dos destes com o público externo.

5.3 Requisitos geográficos:

5.3.1 A empresa contratada não precisa ter sede ou filial no Rio Grande do Norte.

5.4 Requisitos operacionais:

5.4.1 A futura aquisição e/ou prestação dos serviços deverão ser entregues no Centro de Operações da Justiça Eleitoral – COJE situado na Rua da Torre, 534 – Tirol, Natal-RN, CEP 59015-380

5.5 Requisitos de sustentabilidade:

5.5.1 A futura contratada deverá adotar as exigências contidas na Instrução Normativa nº 01 /2010 – SLTI/MPOG, no que couber;

5.5.2 Também deverá ter conhecimento do Plano de Logística Sustentável do TRE/RN e adotar suas práticas no que for cabível.

5.6 Requisitos fiscais e trabalhistas:

5.6.1 A empresa licitante deverá possuir regularidade com a Receita Federal, FGTS e Justiça Trabalhista. Sob nenhuma hipótese o TRE/RN homologará a licitação caso essas certidões de regularidade não tenham sido apresentadas;

5.7 Requisitos administrativos:

5.7.1 A empresa licitante também deverá manter situação de regularidade junto ao CNJ (Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade) e o Portal de Transparência do Governo Federal (Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas) devendo manter essa condição durante toda execução contratual.

6. Levantamento de Mercado

6.1 Solução 1: Realizar a aquisição de aparelhos celulares conforme estimativas de quantidades necessárias.

6.1.1 Vantagem: Dispor do bem em tempo integral, nas quantidades e localização que melhor atenderem o Tribunal.

6.1.2 Desvantagem: Por ser um equipamento que está em constante evolução, pode-se ficar obsoleto.

6.2 Solução 2: Realizar a aquisição de aparelhos celulares individualmente apenas quando solicitado.

6.2.1 Vantagem: Disponibilização do equipamento conforme demanda.

6.2.2 Desvantagem: custo pode se tornar elevado a longo prazo, limitações de oferta no mercado podem tornar difícil a locação das quantidades ideais e no momento oportuno, necessidade de se passar por vários processos contratuais.

6.3. Solução 3: Contratar linhas com comodato de celulares

6.3.1. Vantagem: Dispor do bem por um período e não se preocupar com a obsolescência dele.

6.3.2. Desvantagem: O custo da contratação. No caso, seria necessário fazer licitação para contratar linhas para todas as zonas eleitorais e o custo desta contratação ficaria muito alto. Atualmente os celulares funcionam por wi-fi

6.4 Nesse contexto, a Solução 1 se faz mais viável pois os materiais mencionados são de utilização diária, sendo assim, precisam ter o menor tempo possível de logística entre a solicitação e o envio, tempo diminuído este que é proporcionado apenas pela Solução 1.

7. Descrição da solução como um todo

7.1 É necessária a aquisição de 70 (setenta) aparelhos celulares.

7.2. Conforme registro no sistema ASI-WEB, as últimas unidades compradas para os Cartórios Eleitorais foram em 07/10/2020 e, no momento, não temos mais nenhuma em estoque. Os que ainda estão em uso já estão obsoletos.

7.3. A aquisição de novos aparelhos permitirá:

A aquisição de novos aparelhos permitirá uma série de avanços operacionais e estratégicos para o Tribunal, garantindo maior eficiência, segurança e acessibilidade nos serviços prestados.

7.31. Maior Agilidade na Comunicação

- Facilitará o contato entre servidores, magistrados, advogados e cidadãos, reduzindo o tempo de resposta.
- Melhorará a comunicação interna, possibilitando decisões mais rápidas e eficazes.

- Permitirá o uso de aplicativos institucionais para otimizar a gestão de processos e atendimentos

7.3.2. Modernização no Envio de Intimações e Notificações

- Possibilitará o envio ágil de intimações eletrônicas, reduzindo custos com correspondências físicas.
- Aumentará a efetividade das comunicações, garantindo que as partes sejam notificadas com rapidez e segurança.
- Diminuirá o risco de extravio ou atraso no recebimento de notificações importantes.

7.3.3. Fortalecimento da Segurança da Informação

- Garantirá que a comunicação ocorra em dispositivos institucionais, reduzindo o uso de aparelhos pessoais e os riscos de vazamento de dados.
- Permitirá a implementação de políticas de segurança digital, como criptografia, autenticação de dois fatores e monitoramento de acessos.
- Protegerá informações sensíveis contra ameaças cibernéticas, garantindo a integridade e a continuidade dos serviços.

7.3.4. Maior Transparência e Eficiência no Atendimento ao Público

- Melhorará o acesso da população aos serviços judiciais, tornando a interação com o Tribunal mais rápida e acessível.
- Ampliará a transparência dos processos, permitindo que informações sejam fornecidas de maneira mais clara e eficiente.
- Reforçará a credibilidade da instituição ao demonstrar compromisso com inovação e modernização

Conclusão

A aquisição de novos aparelhos permitirá que o Tribunal modernize sua comunicação, aumente a eficiência no envio de intimações e proteja suas informações institucionais. Esse investimento trará benefícios diretos para servidores, magistrados e cidadãos, garantindo maior transparência, segurança e agilidade na prestação dos serviços judiciais.

8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

8.1 Trata-se da aquisição de 70 (setenta) aparelhos celulares na quantidade descrita na tabela abaixo para uso no Cartórios Eleitorais, conforme solicitações já existentes e demanda histórica dos bens.

LOCAL	QUANT	DESTINAÇÃO
Zonas Eleitorais	60	substituição dos celulares obsoletos e quebrados.
Secretárias e Zonas Eleitorais	10	substituição e empréstimos para eventos

9. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 110.040,00

9.1 Estima-se que a contratação fique em torno de R\$ 110.040,00 (cento e dez mil e quarenta Reais). Prevista no PCA de 2025 através do código PAT. POO_25.03.

9.2 Diante da diversidade de modelos e configurações de celulares, optou-se por um modelo intermediário, pois na última contratação os modelos de entrada apresentaram vários defeitos, eram mais lentos, travavam e no interior há dificuldades com manutenção.

9.3. Foi realizada pesquisa de preços para aquisição dos aparelhos celulares, tendo resultado o valor de R\$ 1.572,00 (Hum mil, quinhentos e setenta e dois Reais) a unidade.

Material	Unidade	Valor unitário	quantidade	valor total
Aparelhos celulares	und	R\$ 1572,00	70	R\$ 110.040,00

9.4 Ressalte-se que os valores anotados são tão somente referenciais e buscam apresentar o estudo inicial da provável dimensão do impacto.

9.5 os sites pesquisados foram os descritos abaixo:

https://www.amazon.com.br/Samsung-Traseira-Nightography-Apagador-objetos/dp/B0CZ2HFTHZ/ref=asc_df_B0CZ2HFTHZ/?tag=googleshopp00-20&linkCode=df0&hvadid=709964503130&hvpos=&hvnetw=g&hvrand=6726984925005911381

https://www.riachuelo.com.br/smartphone-galaxy-m55-5g-256gb-azul-samsung-15823970_sku?sku=15823970&gad_source=1&gclid=CjwKCAiAqrG9BhAVEiwAaPu5zp0kYK1473uEEFYyUD

https://www.kabum.com.br/produto/543769/smartphone-samsung-galaxy-m55-5g-8gb-ram-ssd-256gb-camera-tripla-50mp-tela-6-7-azul-escuro?utm_id=22041504672&gad_source=1&gclid=CjwKCAiAqrG9BhAVEiwAaPu5zoW4vqIOKzDKI

9.6 Esse valor estimado será apreciado pela Seção de Análise Técnica de Contratações – SETEC.

10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

10.1 A aquisição ocorrerá em uma única compra.

11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

11.1. Não há necessidade de contratações correlatas e/ou interdependentes para o objeto em estudo.

12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

12.1 A contratação do objeto do presente Estudo Preliminar encontra-se prevista no PCA de 2025 sob o código : PAT. POO_25.03.

13. Benefícios a serem alcançados com a contratação

13.1. A aquisição de celulares institucionais pelo Tribunal resultará em uma série de melhorias operacionais, garantindo maior eficiência, segurança e transparência nos serviços prestados à sociedade. Dentre os principais benefícios, destacam-se:

13.2. Agilidade e Eficiência na Comunicação

- Facilita o contato direto com partes, advogados e demais interessados nos processos.
- Reduz o tempo de resposta a solicitações, melhorando o atendimento ao público.
- Permite a comunicação interna mais ágil entre magistrados, servidores e equipes administrativas.

13.3. Melhoria no Envio de Intimações e Notificações

- Possibilita o envio rápido de intimações via aplicativos oficiais, reduzindo a necessidade de notificações físicas.
- Diminui atrasos processuais ao garantir que as partes sejam notificadas de forma mais célere.
- Aumenta a efetividade das comunicações, evitando o extravio de documentos e falhas na entrega de intimações.

13.4. Segurança da Informação e Proteção de Dados

- Permite a implementação de medidas de segurança, como criptografia e autenticação de dois fatores, protegendo dados sensíveis.
- Reduz a necessidade de uso de dispositivos pessoais para atividades institucionais, minimizando o risco de vazamento de informações.
- Fortalece a defesa contra ataques cibernéticos, garantindo a continuidade das atividades judiciais sem interrupções.

13.5. Transparência e Acessibilidade

- Contribui para maior transparência dos processos, possibilitando um atendimento mais eficiente e acessível.
- Facilita o uso de ferramentas digitais para consulta de processos e comunicação com o público.
- Reforça a credibilidade do Tribunal ao demonstrar compromisso com inovação e modernização dos serviços.

Conclusão

A aquisição de celulares institucionais pelo Tribunal não apenas moderniza a comunicação e agiliza os trâmites processuais, mas também fortalece a segurança das informações e a confiabilidade da instituição. Essa iniciativa melhora a prestação dos serviços judiciais, garantindo maior acessibilidade, transparência e eficiência para todos os envolvidos.

14. Providências a serem Adotadas

14.1 Será necessário a inclusão dos equipamentos nas rotas de distribuição de materiais ao interior.

15. Possíveis Impactos Ambientais

15.1 A aquisição dos bens objeto deste Estudo Preliminar, observarão a legislação vigente e alterações pertinentes, devendo observar os critérios de sustentabilidade ambiental, incumbindo à CONTRATADA, em especial:

15.2 Observar as diretrizes estabelecidas na Instrução Normativa nº 01/2010, da SLTI/MPOG e Instruções Normativas nº 5, de 26 de maio de 2017, com as alterações introduzidas pelas Instruções Normativas nº 12, de 2020, nos seguintes termos:

a) Deverão ser consideradas, com o que se estipula neste Estudo, todas as normas inerentes à aquisição/fornecimento de materiais e/ou prestação dos serviços, do INMETRO, ANVISA, CONAMA, ABNT/NBR, recomendações ambientais e sustentáveis, assim como normas relativas aos serviços de comercialização e industrialização, compreendendo entre outras:

- Código de Defesa do Consumidor;
- Lei nº 6.938/1981-Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA);
- Instrução Normativa IBAMA nº 6, de 24/03/2014;
- Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS);
- Decreto nº 10.936 de 12 de janeiro de 2022;

15.3 Que os bens sejam, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

15.4 Um dos atributos de valor da Estratégia Nacional do Poder Judiciário (2021-2026) previsto na Resolução CNJ n. 325, de 29 de junho de 2020, refere-se à prática da sustentabilidade. A Estratégia Nacional também estabeleceu como um dos Processos Internos para o Poder Judiciário a promoção da sustentabilidade, observando-se, para tanto, o uso sustentável de recursos naturais e bens públicos, a redução do impacto negativo das atividades do órgão no

meio ambiente com a adequada gestão dos resíduos gerados, do uso apropriado dos recursos finitos, a promoção das contratações sustentáveis, a gestão sustentável de documentos e a qualidade de vida no ambiente de trabalho.

15.5 Importante, outrossim, ressaltar que o termo de referência exigirá o cumprimento pela contratada das disposições contidas na Instrução Normativa MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010 que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências

16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

16.1. Justificativa da Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara viável esta contratação.

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ANDREA KARLA MENEZES PROTASIO

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 10/04/2025 às 13:43:24.